

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAs), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAs, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAs, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAs e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAs e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAs-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAs

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAs

CARTA AO LEITOR



Nesta 72ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação da PORTARIA MMFDH/GAB Nº 507, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022, que dispõe sobre a regulamentação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH no âmbito do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos.

Já na esfera estadual, é relevante mencionar o Decreto nº 2.181, de 17 de fevereiro de 2022, que altera o Decreto Estadual nº 1.076, de 24 de junho de 2014, o qual institui, no âmbito do Estado do Pará, os Comitês Gestor e Operacional do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS”.

O "Fique de Olho", desta edição, traz dois destaques de grande relevância. O Processo Seletivo do Ideflor-Bio/PA, com vagas para cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior. Como também, o “XX Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente”, realizado pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente – Abrampa, nos dias 26, 27 e 28 de abril, na cidade de Vitória-ES.

Em tempo, indicamos nesta edição o livro "Justiça Climática", o qual aborda reflexões e relatos acerca de questões climáticas da atualidade. Destaca-se, ainda, que esta obra foi escrita por Mary Robinson, a primeira mulher a chegar à Presidência da Irlanda, de 1990 a 1997.

Boa leitura!

Andressa Dourado

Coordenadora em exercício.

NORMAS FEDERAIS



LEI nº 14.305, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022. Cria o Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

DECRETO nº 10.974, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022. Altera o Decreto nº 9.873, de 27 de junho de 2019, para atualizar a composição do Conselho Nacional de Imigração.

RESOLUÇÃO MDH/CNDH nº 22, DE 08 DE OUTUBRO DE 2021. Aprova Resolução Conjunta n.01/2021 da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que estabelece diretrizes para o fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos.

RESOLUÇÃO MME/ANP nº 95, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022. Consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração.

RESOLUÇÃO MME/ANM nº 95, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022(*). Consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração.

RESOLUÇÃO MME/ANP nº 867, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022. Regulamenta o procedimento de individualização da produção de petróleo e gás natural, conforme determina o art. 34 da Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.005, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022.

Altera a Resolução Normativa ANEEL nº 905, de 8 de dezembro de 2020, que estabelece as regras dos serviços de transmissão de energia elétrica no Sistema Elétrico Nacional - Regras de Transmissão, formada a partir da Consolidação da Regulamentação dos Serviços de Transmissão, revoga as Resoluções Normativas nº 861, de 26 de novembro de 2019, nº 873, de 3 de março de 2020; nº 884, de 9 de junho de 2020 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO MAPA/SFB nº 17, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022. Regulamenta o processo de parcelamento administrativo de valores inadimplidos pelas entidades concessionárias de florestas públicas federais.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - RA MS/ANSS nº 75, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre mecanismos de transparência ativa e passiva no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, institui o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC da ANS, classifica em graus de sigilo informações em poder da ANS e dispõe sobre o seu tratamento.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MDR/GAB nº 2, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.

Altera a Instrução Normativa nº 42, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA/IBAMA nº 284, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022. Aprovar a versão atualizada da Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, conforme deliberação do Comitê de Governança Digital - CGD, em 26 de novembro de 2021, por meio da Resolução CGD nº 8.

PORTARIA MAPA nº 397, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022. Cancelar a autorização da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Appaloosa para executar o serviço de registro genealógico da raça de cavalo denominada de Appaloosa.

PORTARIA MAPA/SDA nº 531, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022. Prorroga por 60 (sessenta) dias o prazo para recebimento de manifestações técnicas previsto na Portaria SDA nº 477, de 09 de dezembro de 2021, que submete à Consulta Pública proposta de revisão do Decreto nº 6.296/2007.

PORTARIA IBAMA Nº 373, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022. Estabelece procedimentos para análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e de pedidos de autorização para o exercício de atividade privada por agente público em atuação no Ibama.

PORTARIA MAPA/SDA Nº 532, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022. Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, o projeto de Portaria que estabelece o Regulamento Técnico definindo o padrão oficial de classificação da soja e de seus subprodutos, considerando seus requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem, nos aspectos referentes à classificação do produto.

PORTARIA NORMATIVA MMA/IBAMA Nº 2, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022. Aprovar o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (PNAPA) para o ano de 2022, conforme ações estabelecidas nos Anexos I, II, III, IV e V.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MINFRA/GAB nº 182, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022. Institui o Comitê de Territórios e de Sustentabilidade no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

PORTARIA MAPA/GAB nº 399, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022. Delega e subdelega competência ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o julgamento dos processos administrativos disciplinares que discrimina.

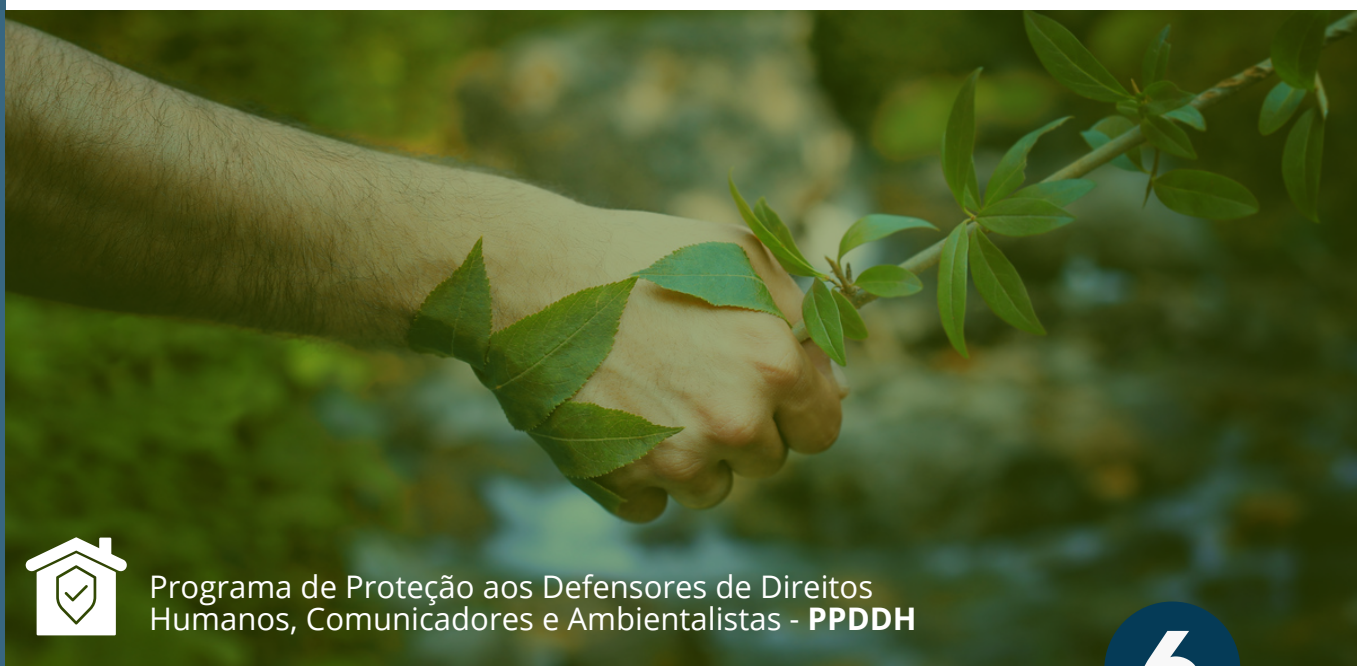
PORTARIA MMFDH/GAB nº 503, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022. Institui o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos - SINDH no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

PORTARIA MMFDH/GAB nº 507, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022. Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

PORTARIA NORMATIVA MMA/IBAMA nº 3, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022. Aprova o Plano de Dados Abertos para o período de 2022 a 2023, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

PORTARIA MAPA/GAB nº 404, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022. Altera a Portaria nº 52, de 15 de março de 2021, que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção

PORTARIA MDR/GAB nº 501, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022. Altera o Anexo da Portaria n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021, que estabelece calendário de recepção, seleção e contratação de propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.



Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - **PPDDH**

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/INCRA nº 270, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022. Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Quilombola Cangume, a área total de 854,9833 ha (oitocentos e cinquenta e quatro hectares, noventa e oito ares e trinta e três centiares), localizada no município de Itaoca, no estado de São Paulo.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 99, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022. Altera parte do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, situado no estado do Maranhão.

PORTARIA MAPA/GAB nº 402, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022. Aprova o regulamento do Prêmio "Selo Mais Integridade" relativo ao exercício 2022/2023, destinado a empresas e cooperativas do agronegócio que, reconhecidamente, desenvolvam boas práticas de integridade, ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental.

PORTARIA MDR/GAB nº 526, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022. Dispõe sobre as condições gerais para a aquisição subsidiada de imóveis em áreas urbanas, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela.

PORTARIA MAPA/SE nº 2, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022. Dispõe sobre a implantação do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

PORTARIA MCTI/GAB nº 5.651, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022. Estabelece as Metas Globais para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO nº 2.177, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022. Homologa o decreto no 002/2022, de 28 de janeiro de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de Palestina do Pará, que declara “situação de emergência”, em virtude de inundações nas áreas daquele Município.

DECRETO nº 2.181, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022. Altera o Decreto Estadual nº 1.076, de 24 de junho de 2014, que institui, no âmbito do Estado do Pará, os Comitês Gestor e Operacional do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS”, e dá outras providências.

DECRETO nº 2.186, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022. Homologa o Decreto nº 713/2022, de 20 de janeiro de 2022, editado pela Prefeita Municipal de Nova Ipixuna, que declara “situação de emergência”, em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

RESOLUÇÃO COEMA nº 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2022. Altera a Resolução nº 159, de 7 de dezembro de 2020, do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

RESOLUÇÃO COEMA nº 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2022. Altera a Resolução no 162, de 2 de fevereiro de 2021, do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

ERRATA DA RESOLUÇÃO COEMA nº 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2022. Onde se lê: RESOLUÇÃO COEMA nº 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2022. Leia-se: RESOLUÇÃO COEMA nº 171, DE 27 DE JANEIRO DE 2022.

ERRATA DA RESOLUÇÃO COEMA nº 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2022. Onde se lê: RESOLUÇÃO COEMA nº 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2022. Leia-se: RESOLUÇÃO COEMA nº 170, DE 27 DE JANEIRO DE 2022.



NORMAS ESTADUAIS



RESOLUÇÃO COEMA nº 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2022. Aprova e dá publicidade às decisões referentes aos processos administrativos de natureza punitiva, julgados na 75ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA.

PORTARIA SEMAS nº 281, 23 DE FEVEREIRO DE 2022. Dispõe sobre os procedimentos e critérios para acesso e operacionalização do Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal – SISLAM pelos municípios do estado do Pará e dá outras providências.



Sistema de Licenciamento
Ambiental Municipal - **SISLAM**

NORMAS MUNICIPAIS



Nesta quinzena, não foram publicadas normas municipais relevantes para esta Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

FIQUE DE OLHO



Processo SELETIVO



Ideflor-bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade

VAGA DISPONÍVEL

Processo Seletivo no Ideflor-Bio / PA c/ vagas para diversos Cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior. Salários de até R\$1.669,97. + gratificação de Nível Superior de R\$1.335,98. Confira!

www.paineldeempregospara.com.br - Siga @paineldeempregospara

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio) abre Processo Seletivo para vários cargos, com o intuito de preencher oito vagas de níveis fundamental, médio e superior. As inscrições serão realizadas pelo sítio da Sipros, a partir do dia 21 de fevereiro de 2022, até as 23:59 do dia 02 de março de 2022.

Para se inscrever e obter mais informações, [clique aqui](#).



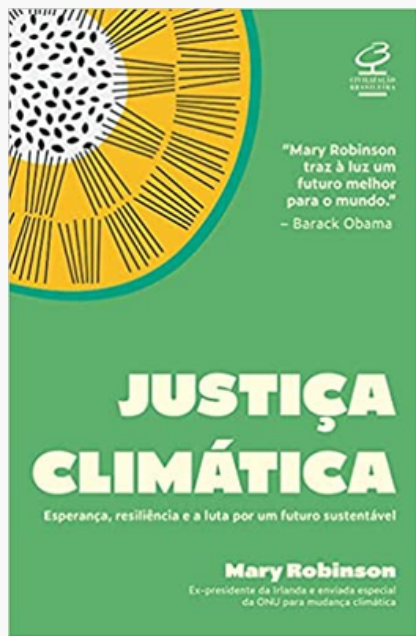
Nos dias 26, 27 e 28 de abril, a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente – Abrampa realizará o “XX Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente”, 100% presencial na cidade de Vitória-ES.

Na oportunidade serão discutidos, temas como: avaliação da conjuntura ambiental brasileira; matrizes energéticas: impactos e desafios; emergência climática e a interface com o controle da qualidade do ar; crise hídrica; novo marco do saneamento; resíduos sólidos e logística reversa; direito à cidade: habitação de interesse social, transporte e mobilidade; grandes desastres: a repactuação do rio doce e seus desmembramentos; unidades de conservação de proteção integral: desafios para a sua proteção e implementação; “projeto justiça socioambiental na américa latina”.

Para se inscrever e obter mais informações, [clique aqui](#).

NEL INDICA

RECOMENDAÇÃO



Esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável. Justiça climática é a obra fundamental para compreender as questões climáticas da atualidade. Inclui prefácio da autora escrito especialmente para a edição brasileira. Esta oportuna publicação é fruto da parceria entre a Editora Civilização Brasileira e as ONGs Instituto Alana e LACLIMA, instituições atentas à importância de levar este relato urgente e esperançoso a todas as pessoas.

Para mais informações, [clique aqui](#).

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br